



Mancílio mostra a cobrança de R\$ 44 mil pela sede do clube

Ministério avalia taxa de marinha

O prazo, que venceria hoje, foi prorrogado para fazer os estudos determinados pela Justiça sobre uma nova lei

Os moradores de áreas de marinha de Vitória terão um prazo maior para quitar o imposto junto à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU). A taxa teria que ser paga hoje, mas um levantamento vai apontar quais terrenos estarão isentos.

A informação partiu do próprio Ministério do Planejamento, por meio da assessoria de imprensa, ao ressaltar que o estudo irá seguir a Lei 46/2005, que prevê a isenção de ilhas costeiras que são sede de municípios.

Para fazer o levantamento, o governo federal suspendeu temporariamente o pagamento do imposto.

Em Vitória, o prazo já estava suspenso por conta da liminar concedida pela juíza titular da 7ª Vara da Justiça Federal no Estado, Maria Cláudia Allemand.

Entretanto, o gerente-regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Estado, Edmar Fraga, voltou a afirmar que a previsão é de que a medida beneficie apenas 800 moradores de áreas de marinha de Vitória, localizados, principalmente, nos bairros da Ilha do Boi, Ilha do Frade e Ilha do Príncipe.

“Volto afirmar que aqueles que moram em terrenos acréscidos de marinha, como Praia do Canto,

Praia do Suá, Barro Vermelho, entre outros, não estarão isentos”.

O ministério voltou a chamar a atenção que aqueles que forem isentos da taxa terão que pagar os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, já que a lei passou a valer a partir do dia 6 de maio.

O presidente da Associação dos Moradores e Foreiros de Terrenos de Marinha do Estado, vereador José Carlos Lyrio Rocha, disse que, nos próximos 90 dias – prazo estipulado pela Justiça para suspensão do pagamento – quer ter um parecer do poder Judiciário sobre o entendimento da Lei 46/2005.

Com liminar concedida na Justiça, moradores de terrenos de marinha de Vitória aguardam parecer da SPU.

É o caso do morador de Santa Lúcia Mancílio Bittencourt, que além do seu imóvel tem que pagar o imposto cobrado ao Santa Cruz Futebol Clube, do qual ele é presidente, e que chega a R\$ 44.587,20.

Neste ano, ele terá que pagar pelo seu terreno de 396 metros, um valor de R\$ 2.234. Bittencourt conta que deu entrada em seu pedido de aforamento desde 1967, e, até agora, não conseguiu nada. Se conseguisse, a taxa cobrada cairia dos atuais percentuais de 2% para 0,6% do valor do imóvel.